



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e
Segurança Alimentar

PLANO DE TRABALHO
DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE
COLABORAÇÃO Nº 013/2017
PA Nº 14/2017 - DISPENSA DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2017

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 SECRETARIA GESTORA DA POLÍTICA PÚBLICA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar

Endereço			Bairro
RUA PADRE ROSSINI CÂNDIDO, 10			CENTRO
Cidade	U.F.	CEP	DDD/Fone
CONTAGEM	MG	32.040-030	(031) 3352-6884

1.2 GESTOR(A) DA PARCERIA

Maria Cristina Benicio dos Reis - Matrícula n.º 134716-7

1.3 OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Razão Social			CNPJ	
Lar Maria Clara			19.693.662/0001-12	
Endereço			Bairro	
Rua Joaquim Camargos, nº 362			Centro	
Cidade	U.F.	CEP	Telefone/DDD	
Contagem	MG	32041-440	(031)3398-7189	
Banco	AG	C.C.	OP.	E-mail
CEF	1529	2776-0	003	financeiro@larmariaclara.org.br

1.4 DIRIGENTE

Nome do Responsável			C.P.F	
Ângela Maria Campos Rabello			567.105.936-49	
R.G./Orgão Expedidor	Cargo		Período de Mandato	
MG 3.749.912/SSP/MG	Presidente		06/03/2020 a 06/03/2022	
Endereço			Bairro	
Rua Santa Helena, 303, Apto 103			Nossa Senhora do Carmo	
Cidade	U.F.	CEP	Telefone	E-mail
Contagem	MG	32.017-100	(31) 3398-7189	angelarabello26@yahoo.com.br


ASSINATURA DO PRESIDENTE VALIDANDO O CONTEÚDO DO PLANO

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

2.1 PROGRAMA DE GOVERNO	2.2 PERÍODO DE EXECUÇÃO		
	Início	Fim	PERÍODO
Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo, ILPI e Albergues	1/1/2022	1/1/2023	12 MESES

2.3 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Serviço de Acolhimento Institucional para idosos em graus de dependência I, II e III, em conformidade com a regulamentação da Política de Assistência Social

3. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO (Inc. I, Art. 22, Lei 13.019/2014)

A prorrogação da parceria firmada através de Termo de Colaboração 013/2017 com a referida organização da sociedade civil em regime de mutua cooperação técnica e financeira para a execução do plano de trabalho cujo objeto visa o acolhimento de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social em instituição de longa permanência - ILPI.

A proteção ao idoso tem assento constitucional e esta vem estampada logo no art. 1º da Constituição Federal – CF ao estabelecer que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Esses fundamentos inauguram uma série de direitos protetivos que visam a garantir ao idoso, além das garantias constitucionais asseguradas a qualquer cidadão, direitos específicos. Há diversas outras leis que tratam dos direitos dos idosos, como a Política Nacional do Idoso. Entretanto, o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03 é o expoente máximo da legislação protetiva ao idoso.

O Estatuto visa regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (art. 1º). Em seu art. 3º, preconiza que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade (prioridade esta assegurada após a criança e o adolescente conforme art. 227 da CF), a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, especificando, ainda, no parágrafo primeiro do mesmo artigo, o que vem a ser a sobredita prioridade.

O Estatuto veda qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão ao idoso, sendo todo o atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, punido, bem como é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso (art. 4º).

O serviço de acolhimento é um serviço especializado que oferece proteção à pessoas afastadas do seu núcleo familiar e/ou comunitários de origem e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

A escolha pela execução por meio de parceria com organização da sociedade civil sem fins lucrativos se justifica por ser análogo ao interesse público, pois nesse tipo de parceria se evita a mercantilização de políticas que são eminentemente sociais.

Este objeto tem como especificação o serviço o Acolhimento para pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõe de condições para permanecer na família, ou para aqueles que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência ou com a perda da capacidade de auto cuidado.

O Lar Maria Clara atende os requisitos estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, pois funciona em uma unidade inserida na comunidade, com características residenciais e estrutura física adequada, visa o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar e a interação social com pessoas da comunidade.

- Objetivo Geral: Acolher e garantir proteção integral ao idoso em situação de vulnerabilidade social e com seus direitos violados.
- Funcionamento: Ininterrupto, 24 horas por dia.
- Formas de Acesso: Demanda encaminhada e/ou validada pela Diretoria de Proteção Social Especial de alta complexidade, pelo setor de Gestão do Acolhimento Institucional – GAI, Ministério Público ou Poder Judiciário.

4. ABRANGÊNCIA

Município de Contagem / MG

5. PÚBLICO ALVO E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

Pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõe de condições para permanecer na família, ou para aqueles que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência ou com a perda da capacidade de auto cuidado

6. PERÍODO DE EXECUÇÃO

12 (doze) meses contados a partir de 01/01/2022, conforme publicação no diário oficial de Contagem/MG.

7. RESULTADO/PRODUTO ESPERADO/IMPACTOS PREVISTOS

- Garantir manutenção e/ou a oferta de vagas para acolhimento institucional em ILPI para 60 pessoas idosas acima de 60 anos de ambos os sexos, com diferentes graus de dependência e em situação de vulnerabilidade ou risco social;
- Contribuir para restaurar e preservar a autonomia da pessoa idosa;
- Buscar restabelecer vínculos familiares e sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária entre os residentes de diversos graus de dependência;
- Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso ao Benefício de Prestação Continuada BPC, quando for o caso.

8. METAS E ETAPAS (Inc. II e III, Art. 22, Lei 13.019/2014)**8.1 METAS**

N.º	META	UNIDADE	QUANTIDADE	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADOR DE CUMPRIMENTO DA META FÍSICA
1	Acolher e/ou garantir a manutenção do acolhimento institucional em ILPI para idosos em situação de violação de direitos e com vínculos rompidos		60 idosos/mês	01/01/2022 a 01/01/2023	100,00%
2	Realizar atendimento fisioterápico para idosos		80 atendimentos/mês	01/01/2022 a 01/01/2023	Mínimo de 60 atendimentos/mês
3	Realizar atendimento psicossociais até o fim desta parceria		90 atendimentos/mês	01/01/2022 a 01/01/2023	Mínimo de 68 atendimentos/mês

8.2 PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADA DOS RECURSOS POR RUBRICA (Inc. II-A, Art. 22, Lei 13.019/2014)

DESCRIÇÃO DA DESPESA		QTDE	VALOR TOTAL DA DESPESA	
ANEXO I	REMUNERAÇÃO MENSAL	3	R\$	310.806,96
	PROVISÃO MENSAL DE REFLEXOS TRABALHISTAS	3	R\$	60.434,64
	ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS	3	R\$	41.579,16
	BENEFÍCIOS TRABALHISTAS	3	R\$	41.619,24
ANEXO II	SERVIÇOS DE TERCEIROS	22	R\$	92.400,00
ANEXO III	MATERIAL DE CONSUMO	22	R\$	245.160,00
VALOR GLOBAL			R\$	792.000,00

8.3 INDICADORES, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS (Inc. IV, Art. 22, Lei 13.019/2014)

1. Preenchimento e encaminhamento do formulário de estatística mensal à Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, acompanhado dos protocolos de encaminhamento da GAI (Gestão Acolhimento Institucional) para institucionalização em ILPI;
2. Lista de participação (presença) e relatórios com registro fotográficos, dos idosos encaminhados pela GAI nas oficinas e projetos;
3. Lista de participantes e relatórios com registros fotográficos dos idosos encaminhados pela GAI nos atendimentos fisioterapia;
4. Lista com número de inclusões e/ou atualizações do cadastro no BPC dos idosos acolhidos encaminhados pela GAI;
5. Lista de participação, relatório e registro fotográfico dos idosos encaminhados pela GAI nas atividades de diversão e lazer coletivas.

9. PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E A DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO;

Previsão de receita: Tesouro Municipal

Estimativa de despesas:

- 1) ANEXO I - DETALHAMENTO DA FORMAÇÃO DO CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS;
- 2) ANEXO II - DETALHAMENTO DA FORMAÇÃO DO CUSTO DE MATERIAIS DE CONSUMO;
- 3) ANEXO III - DETALHAMENTO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E A FORMAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS.

10. PLANO DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ENTE	CONCEDENTE				PROPONENTE		
	TOTAL PARCELAS	PREVISÃO REPASSE	NATUREZA	VR PARC	QTD PARC	PREVISÃO REPASSE	NATUREZA
MUNICIPAL	5	jan/22	33504300	R\$ 160.000,00			
		fev/22		R\$ 160.000,00			
		mar/22		R\$ 160.000,00			
		abr/22		R\$ 160.000,00			
		mai/22		R\$ 152.000,00			
TOTAL	R\$		792.000,00	R\$		-	

Identificação da Despesa	Classificação Orçamentária	2021	2022
MUNICIPAL	1102.08.244.0068.2142 - 33504300 – Fonte 0100		R\$ 792.000,00

Os valores serão repassados de acordo com o cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma.

11. CRONOGRAMA DE CONTRA PARTIDA

Conforme art 35 da Lei 13019/2014, § 1o Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria.

12. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

As prestações de contas deverão ser apresentadas mensalmente conforme estabelecido pelo Manual de prestação de contas da CGM e as regras estabelecidas no Termo de Parceria.

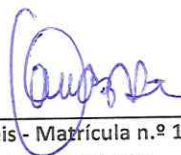
RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO META FÍSICA: encaminhamento de comprovações de cumprimento de metas.

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA META FINANCEIRA: de acordo com o cronograma de desembolso e em conformidade com o Manual de Prestação de Contas da Controladoria Geral do Município.

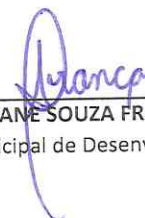
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: em conformidade com o Manual de Prestação de Contas da Controladoria Geral do Município

13. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA PMC

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, aprovamos e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo, que será vinculado ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2017



Contagem, 30 de dezembro de 2021.



Maria Cristina Benicio dos Reis - Matrícula n.º 134716-7
Gestor do Termo de Colaboração

VIVIANE SOUZA FRANÇA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social



